

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de Março de 2018



SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	15
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	17
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	17
09 IMOBILIZADO.....	17
10 INTANGÍVEL.....	18
11 FORNECEDORES	18
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	19
13 PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	19
14 CAPITAL SOCIAL	21
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	21
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA	22
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	23
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	23
20 RESULTADO FINANCEIRO	23
21 SEGUROS DE RISCOS.....	24

Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	46.549	58.855
Créditos a Receber Curto Prazo		-	-
Faturas e Duplicatas a Receber		236	138
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	52.121	40.502
Contingências e apropriações por Competência	13	160.451	157.371
Adiantamentos de Pessoal	7	17.088	14.502
Demais Créditos a Receber		128	2.133
Adiantamentos a Fornecedores		13	15
Estoques		-	-
Estoques Materiais de Consumo	8	19.254	20.324
Importação em Andamento		631	231
Despesas Pagas Antecipadamente		-	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		165	135
		296.636	294.206
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		2.007	1.966
Contingências e apropriações por Competência	13	287.381	278.858
Demais Créditos a Receber		44	44
Imobilizado	09	816.503	782.151
Intangível	10	341	401
		1.106.276	1.063.420
Total do Ativo		1.402.912	1.357.626

Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

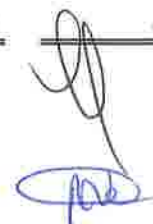
Passivo

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Fornecedores	11	33.597	35.745
Obrigações Tributárias e Sociais	12	2.600	2.818
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	13	160.451	157.371
Outras Obrigações		6.195	4.087
		<u>202.843</u>	<u>200.021</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	13	287.381	278.858
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		6.882	455.090
		<u>294.263</u>	<u>733.948</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	14	996.766	376.403
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		28.790	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(14.542)	(16.600)
Prejuízo do Exercício		(3.789)	(101.419)
Prejuízos Acumulados Exercícios Anteriores		(101.419)	-
		<u>905.806</u>	<u>423.657</u>
Total do Passivo		<u>1.402.912</u>	<u>1.357.626</u>

Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de março de 2018
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		57.140	52.241
Repasses Recebidos		278.437	253.765
Repasses de Apropriações a Receber		12.603	15.970
		348.180	321.976
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)		-	2.185
Repasses Governamentais para Investimentos (AFAC)		(28.790)	(14.810)
Repasso Concedido (CAPES)		(79)	(701)
		(28.869)	(13.326)
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(106)	(84)
COFINS s/Faturamento		(489)	(385)
		(595)	(469)
Receita Operacional Líquida	16	318.716	308.181
Custo dos Serviços	17	(255.719)	(253.018)
Resultado Operacional Bruto		62.997	55.163
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	17	(61.984)	(61.329)
		(61.984)	(61.329)
Outras Receitas e Despesas			
Receitas Diversas		2.454	1.475
Despesas Diversas		(130)	(2.104)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizados		(136)	(204)
	19	2.188	(833)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		3.201	(6.999)
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(7.501)	(790)
Receitas Financeiras		511	741
	20	(6.990)	(49)
Prejuízo Líquido do Exercício		(3.789)	(7.048)





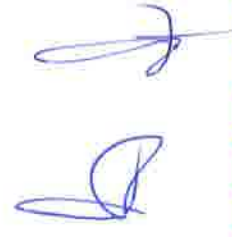

Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	376.403		(16.854)	23.555		383.105
Realização Avaliação Patrimonial	-		(1.319)	-	1.319	-
Resultado do Exercício	-		-	-	(3.765)	(3.765)
Ajuste de Exercício Anterior	-		-	413	-	413
Transferência de Prejuízo Acumulado para Reserva	-		-	(2.446)	2.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.403		(18.173)	21.522		379.753
Realização Avaliação Patrimonial	-		(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-		-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	165.273	-	-	-	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-		2.772	-	-	2.772
Transferência da Reserva de Lucro p/Prejuízos Acumulados	-		-	(21.523)	21.523	-
Saldo em 31 de dezembro 2017	376.403	165.273	(16.600)		(101.419)	423.657
Realização Avaliação Patrimonial	-		2.058	-	-	2.058
Resultado do Exercício	-		-	-	(3.789)	(3.789)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	28.790	-	-	-	28.789
Incorporação de AFAC ao Capital Social	620.363	(165.273)	-	-	-	455.090
Saldo em 31 de março de 2017	996.766	28.790	(14.542)		(105.208)	905.806


Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	(3.789)	(7.048)
Ajustes de Depreciação/Amortizações	5.160	5.715
Recomposição Ajustes da Avaliação Patrimonial	(61)	-
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(9)	(16)
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	6.882	-
Variação Cambial Passiva (Importação)	29	14
Variação Cambial Ativa (Importação)	(29)	(3)
Custo de Obras em Andamento	-	(4)
Baixa de Bens Imobilizados	708	733
Produção Bens Imobilizado	(3)	(225)
Produção de Bens em Estoque	(441)	(431)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(193)	(566)
Doações de Bens Móveis	(60)	(103)
Doação de Mercadorias	(285)	(1.065)
	11.698	4.049
Variação de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(11.423)	155
Recursos a Receber de Provisão de Férias	12.414	7.477
Recursos a Receber de Licença Especial	(1.401)	(3.293)
Recursos a Receber de Parcelamento TSP (CP e LP)	1.001	1
Adiantamentos a Pessoal	(2.585)	(3.856)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	1.906	(261)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(40)	(49)
Importações em Andamento (Estoque)	(400)	1.183
Estoques	1.796	4.443
Despesas Pagas Antecipadamente	(31)	70
Fornecedores	(2.147)	8.823
Outras Obrigações a Pagar	2.118	687
Obrigações com Pessoal	(1)	-
Obrigações Sociais a Pagar	(37)	(355)
Obrigações Tributárias a Pagar	(182)	787
Provisão p/Férias	(12.414)	(7.477)
Provisão p/Parcelamento TSP (CP e LP)	(1.001)	(1)
Provisão p/Licença Especial	1.401	3.293
	(11.026)	11.627
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.117)	8.627
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(34.291)	(19.291)
Aquisições de Bens Móveis	(2.356)	(477)
Aquisições de Importação em Andamento	(1.331)	(11)
Aquisições de Bens Intangíveis	-	(6)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(37.978)	(19.785)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas		13.269

Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

28.789

Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento

28.789

13.269

Caixa Adicionado no Período

(12.306)

2.112

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício

58.855

35.005

Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício

46.549

37.117

Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa

(12.306)

2.112

Doações de Bens Móveis (Imobilizado)

60

103

Doações de Mercadorias (Estoques)

285

1.064

Transações que não envolveram o Caixa

345

1.167

8
LR

Demonstrações Financeiras

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	57.140	52.241
Outras Receitas	1.488	731
Prov. Créd. Liq. Duv.-Reversão/Constituição	32	141
	<u>58.659</u>	<u>53.113</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	30.149	33.991
Serviços de Terceiros	32.957	35.162
Perda/recuperação de Valores Ativos	226	1.871
	<u>63.301</u>	<u>71.025</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(4.672)</u>	<u>(17.911)</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	5.762	5.714
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(10.434)</u>	<u>(23.625)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	511	741
Repasses Recebidos (-) Subvenções/AFAC	262.251	254.925
Repasse Concedidos/Diferido	(79)	(701)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	-	2.185
Receitas de Alugueis	1.378	1.258
	<u>264.061</u>	<u>258.408</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>253.627</u>	<u>234.783</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	170.214	163.982
Benefícios	18.291	20.218
FGTS	13.697	12.900
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	46.770	43.046
Estaduais/Municipais	16	24
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	7.501	790
Locação de Imóveis/Condomínio	245	275
Locação de Máquinas e Equipamentos	683	597
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultado Retido do Exercício	(3.789)	(7.048)
Valor Adicionado Distribuído	<u>253.627</u>	<u>234.783</u>

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoría dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal, composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

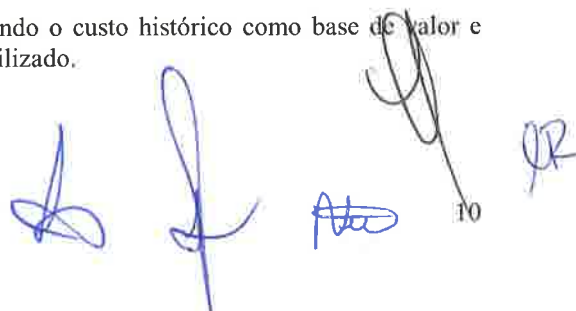
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em julho de 2017, foi atualizada a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 a qual normatiza as participações da União no Capital das Empresas e define o reconhecimento dos valores repassados pela União para investimentos, como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Atendendo a estas orientações, os valores recebidos até 31/12/2016 foram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) como Instrumentos Financeiros e corrigidos pela Taxa SELIC nos termos do Decreto nº 2.673/1998 e os valores recebidos a partir de janeiro de 2017 foram registrados no Patrimônio Líquido (PL) como Instrumentos Patrimoniais. Esta Norma define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária nº 004, a capitalização dos valores registrados como AFAC no PNC recebidos até 31/12/2017 e atualizados pela SELIC assim como a capitalização dos valores recebidos até 31 de dezembro de 2017 e registrados como AFAC no PL.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de março de 2018. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 31 de março de 2018. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

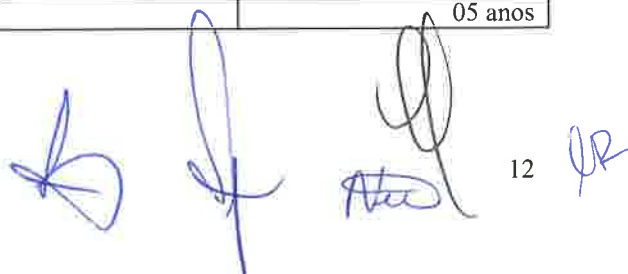
(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº 09 e 10)

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, da data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, periodicamente, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS, incidentes sobre o faturamento próprio, e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Benefícios a Empregados

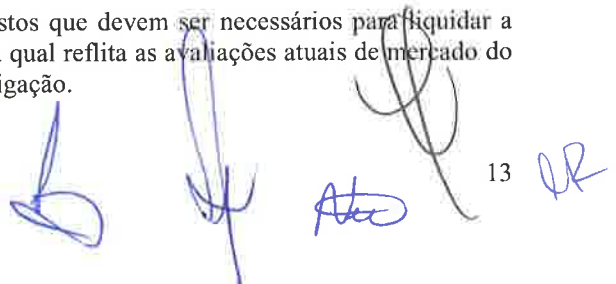
A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.



13

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$13.482 Cíveis, R\$128.849 Trabalhistas e R\$19.868 Tributárias, totalizando R\$162.199.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº13).

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto sem deduções.

(q) Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº17).

(t) **Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos**

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 **Gestão de Risco Financeiro**

(a) **Risco de Liquidez**

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) **Risco de Crédito**

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2018 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 03 de janeiro de 2018.



15

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2017, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem, em 31 de março de 2018, 50,82 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	12	17
Conta Corrente	2.467	1.900
Depósitos Bancários de Curto Prazo	27.698	25.093
Conta Limite de Saque	16.372	31.845
Saldo Contábil	46.549	58.855

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	31/03/2018	31/12/2017
Sistema Único de Saúde (SUS)	48.211	35.914
Convênios Privados	9.995	13.537
Clientes Particulares	304	2.696
Créditos Diversos	5.483	419
Subtotal	63.993	52.566
Apropriação por Competência - PCLD	(16.496)	(16.688)
Valor Líquido a Receber	47.495	35.878
Outras Faturas a Receber (FNS)	4.624	4.624
Saldo Contábil	52.121	40.502

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. A Instituição aguarda reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "*Impairment*").

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário	15.190	7.322
Férias	1.275	4.778
Abono sobre Férias	604	2.389
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	19	13
Saldo Contábil	<u>17.088</u>	<u>14.502</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2018 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em março relativo à competência abril de 2018.

08 Estoques de Materiais de Consumo


	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Medicamentos	5.476	6.951
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	7.417	7.472
Material de Órtese e Prótese	1.640	1.275
Materiais e Utensílios	491	454
Rouparia (uniformes)	1.122	1.217
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	354	336
Material Expediente/Informática/Gráfica	556	404
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	77	71
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.120	2.144
Saldo Contábil	<u>19.254</u>	<u>20.324</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	Redução a valor recuperável	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imóveis	1	210.541	53.302	-	157.240	158.363
Terrenos		68.414	-	-	68.414	68.414
Obras em Andamento[1]		492.376	283	-	492.093	457.930
Bens Móveis	10 a 20	211.530	122.880	(124)	88.526	89.045
Informática	20 a 50	23.633	15.030	-	8.602	8.124
Veículos Diversos	10 a 20	1.045	720	(44)	282	259
Subtotal Imobilizado		1.007.539	192.214	(167)	815.157	782.135
Importação em Andamento		1.346	-	-	1.346	16
Saldo Contábil		<u>1.008.885</u>	<u>192.214</u>	<u>(167)</u>	<u>816.503</u>	<u>782.151</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.



17

CR

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2017</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 31/03/2018</u>
Imóveis	210.541	-	-	210.541
Terrenos	68.414	-	-	68.414
Obras em Andamento ¹	458.192	34.184	-	492.376
Bens Móveis	210.312	1.797	(550)	211.559
Informática	23.060	761	(188)	23.633
Veículos Diversos	1.016	-	-	1.016
Total Imobilizado	971.536	36.741	(738)	1.007.539

10 Intangível

O saldo contábil é composto por:

	<u>Tx.%</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Software	20 a 50	341	401

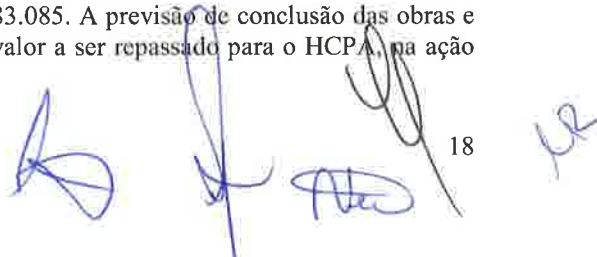
O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consortio Tratenge - Engeform	16.235	13.678
Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	946	2962
Nacon	923	1180
Capgemini Brasil S/A	562	603
	18.666	18.423
Demais Fornecedores	14.931	17.322
Saldo Contábil	33.597	35.745

Entre os quatro principais fornecedores, que representam 55,87% do saldo total de Fornecedores a Pagar em março de 2018, está o Consórcio Tratenge Engeform que é responsável pela realização das obras dos Anexos cujo projeto é o de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 em 2013 e contrato nº 12727. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 tendo como saldo atualizado até 31/03/2018 o valor de R\$ 483.085. A previsão de conclusão das obras e quitação do fornecedor é dezembro/2018 o que depende do valor a ser repassado para o HCPA, na ação 148G, no ano de 2018.



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	31/03/2018	31/12/2017
Tributos Federais e Municipais retidos de fornecedores	2.148	2.289
PIS sobre Faturamento	35	42
COFINS sobre Faturamento	162	195
Obrigações Tributárias	<u>2.345</u>	<u>2.526</u>
Obrigações Sociais	<u>255</u>	<u>292</u>
Saldo Contábil	<u>2.600</u>	<u>2.818</u>

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS sobre faturamento próprio e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores.

13 Provisões de Contingências e Apropriações por Competência

	31/03/2018		31/12/2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	8.277	267.042	275.319	265.852
Férias a Pagar (b)	82.375	-	82.375	94.789
Licença Especial (c)	51.367	-	51.367	49.966
Décimo Terceiro Salário (d)	14.150	-	14.150	-
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.282	20.339	24.492	25.622
Saldo Contábil	<u>160.451</u>	<u>287.381</u>	<u>447.832</u>	<u>436.229</u>

A Instituição registra no ativo os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	31/03/2018		31/12/2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	6.313	244.274	250.587	247.541
Contingências Cíveis	1.964	21.886	23.850	17.439
Contingências Tributárias	-	882	882	872
Saldo de Contingências	<u>8.277</u>	<u>267.042</u>	<u>275.319</u>	<u>265.852</u>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de

19

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

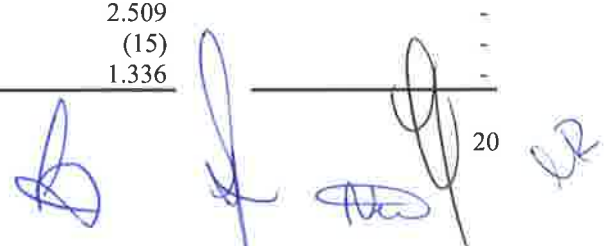
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Férias		
Saldo Inicial	59.207	62.225
Baixas	(4.512)	(63.929)
Apropriações	5.387	71.615
Total de Férias	<u>60.082</u>	<u>69.911</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	21.971	22.296
Baixas	(1.679)	(23.811)
Apropriações	2.001	26.393
Total de Encargos sobre Férias	<u>22.293</u>	<u>24.878</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>82.375</u>	<u>94.789</u>

(c) Licença Especial

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	37.160	32.769
Baixas	(289)	(5.372)
Apropriações	612	9.021
Total de Licença Especial	<u>37.483</u>	<u>36.418</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	13.765	12.182
Baixas	(107)	(1.998)
Apropriações	226	3.364
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>13.884</u>	<u>13.548</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>51.367</u>	<u>49.966</u>

(d) Décimo Terceiro Salário

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	6.762	-
Baixas	(42)	-
Apropriações	3.600	-
Total de Décimo Terceiro Salário	<u>10.320</u>	<u>-</u>
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	2.509	-
Baixas	(15)	-
Apropriações	1.336	-



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Encargos sobre Décimo Terceiro Salário	3.830	-
Total de Décimo Terceiro Salário	14.150	-

(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

14 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O seu saldo em 31/12/2017 era de R\$ 376.403 e em 28 de março de 2018, por aprovação da Assembleia Geral Extraordinária nº 004, foi incorporado o valor de R\$ 620.363 referente os recursos recebidos da União como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no período de 2008 a 2017, atualizado pela Taxa SELIC até 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$ 996.766 em 31/03/2018.

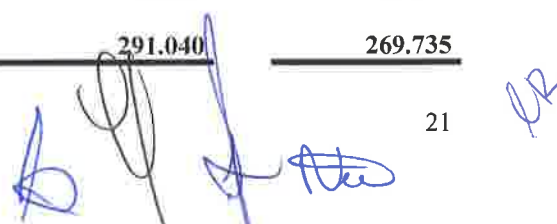
15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(16.600)	(18.173)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(61)	(1.199)
Reversão Menos Valia	2.119	2.772
Saldo em 31 de março	<u>(14.542)</u>	<u>(16.600)</u>

16 Receita Operacional Líquida

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Serviços Prestados		
SUS	40.790	39.730
Convênios, Particulares e Pesquisa	16.350	12.511
Total de Serviços Prestados	<u>57.140</u>	<u>52.241</u>
Repasses Recebidos		
Repasses Recebidos	278.437	253.765
Repasses de Apropriações a Receber	12.603	15.970
Total de Repasses Recebidos	<u>291.040</u>	<u>269.735</u>



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Total da Receita Bruta

Ajustes da Receita

Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	-	2.185
Subvenções e Doações Governamentais	(28.789)	(14.810)
Repasse Concedido	(79)	(701)

Total de Ajustes da Receita

(28.869) (13.326)

Deduções da Receita Bruta

PIS sobre Faturamento	(106)	(83)
COFINS sobre Faturamento	(489)	(385)

Total das Deduções da Receita Bruta

(595) (469)

Receita Líquida Operacional

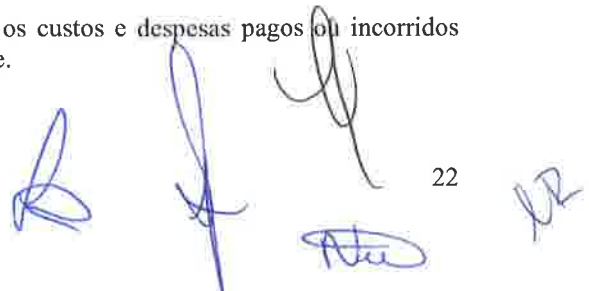
318.716 308.181

17 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

	Custo dos Serviços	Despesas Administrativas	31/03/2018	31/03/2017
			Total	Total
Salários, Encargos e Bolsas	179.920	43.611	223.531	208.765
Sentenças	56	14	70	66
Benefícios de Pessoal	14.722	3.569	18.291	21.163
Consumo de Materiais	24.267	5.882	30.149	33.991
Depreciações/Amortizações	4.638	1.124	5.762	5.714
Locação Mão de Obra	1.495	362	1.858	1.965
Consultoria/Serviços PF	2.511	609	3.119	3.022
Fundação de Apoio	5.578	1.352	6.930	6.807
Loc./Manutenção Bens Móveis	2.142	519	2.661	2.039
Loc./Manutenção Proc. Dados	2.215	537	2.752	4.954
Loc./Manutenção Bens Imóveis	775	188	963	990
Energia Elétrica, Água e Telefone	4.227	1.025	5.251	4.413
Serviço de Controle Ambiental	171	41	212	204
Seleção e Treinamento	652	158	810	883
Serviços Médicos, Laboratoriais e Análises	1.366	331	1.697	1.587
Serviços de Publicidade	88	21	109	121
Serviços de Cópias e Reprodução	501	121	622	840
Despesas com Fretes	133	32	166	222
Diversas Comunicações em Geral	476	115	591	481
(-) Incorporações Bens	(2)	(1)	(3)	(225)
(-) Produção Estoque e Permanente	(355)	(86)	(441)	(431)
Subtotais	245.576	59.525	3045.101	297.571
Apropriação para Férias	(9.992)	(2.422)	(12.414)	(7.477)
Apropriação para Licença Especial	1.128	273	1.401	3.293
Provisão para Contingências	7.619	1.847	9.466	5.953
Apropriação para 13º Salário	11.390	2.761	14.150	13.440
Provisões e Apropriações	10.144	2.459	12.603	15.209
Saldo Contábil	255.719	61.894	317.704	312.780

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados compatibilizando os valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle da Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) ver Nota 2, letra "t".

Na determinação do resultado do trimestre foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no trimestre.



Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Auxílio Creche	361	325
Auxílio Alimentação	7.847	9.179
Vale Transporte	733	488
Assistência Médica	2.401	3.948
Previdência Privada	6.949	6.278
Saldo Contábil	<u>18.291</u>	<u>20.218</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	1.378	1.246
Receitas de Leilões	8	51
Indenizações e Restituições	686	(2.297)
Reversão de PCLD	32	(260)
Doações de Estoque e Uso Permanente	350	1.167
Total de Outras Receitas	<u>2.454</u>	<u>(93)</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(130)	(537)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(136)	(204)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(266)</u>	<u>(741)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>2.188</u>	<u>(833)</u>

20 Resultado Financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	425	702
Juros e Multas Previstos em Contratos	49	20
Variação Cambial e Monetária Ativa	37	19
Total Receita Financeira	<u>511</u>	<u>741</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(405)	(515)
Variação Cambial	(214)	-
Correção Monetária	(6.882)	(275)

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Total Despesa Financeira

(7.501)

(790)

Saldo Contábil

(6.990)

(49)

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (6.882) de correção monetária refere-se à atualização pela SELIC, no período de 01 de janeiro de 2018 a 28 de março de 2018 dos repasses recebidos para Investimentos até 31 de dezembro de 2016, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo Não Circulante.


21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018. A importância segurada é de R\$ 13.277.



Prof. Milton Berger
Diretor Médico




Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente



Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo



Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 53.292



Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.

Aos
Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias correspondentes da demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Eldorado do Sul, 18 de maio de 2018.

